

_comunica



Parmis

PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

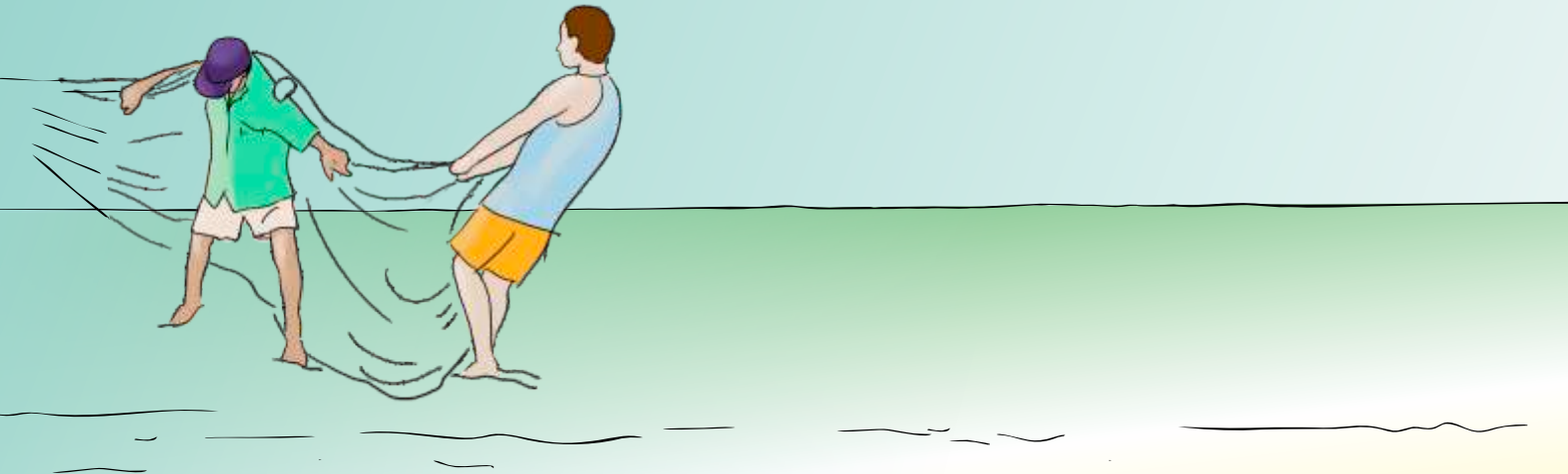
A equipe técnica do Laboratório Interdisciplinar Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade - MARéSS / FURG, por intermédio do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) tem a satisfação de apresentar a segunda edição da coletânea de oito boletins informativos. O "Comunica PARMIS" é uma novidade dinâmica de informação, criada com o objetivo de nos aproximar ainda mais da sociedade e divulgar, a cada dois meses, ações e resultados do Projeto PARMIS. Tenha uma ótima leitura!



_comunica PARMIS

Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação
de Impactos Socioambientais

Boletim 2





UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

_comunica PARMIS

Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação
de Impactos Socioambientais

Boletim 2

Expediente

Coordenação Geral:

Tatiana Walter

Editoria de Conteúdo:

Bianca Caetano

Bianca Kernbeis

Diego Freitas

Indira de Ávila dos Santos

Juliana Hubner

Luceni Hellebrandt

Marília Silva da Costa

Naila Takahashi

Patricia Tometich

Rafaella Peglow Bubolz

Raquel de Carvalho Dumith

Tatiana Walter

Editoria Gráfica:

Cristiane Netto Costa

Francieli Ledesma

Leon Gonçalves

Vania Pierozan

Seleção de acervo:

Venine Oliveira dos Santos

Tatiana Walter
Bianca Caetano
Raquel de Carvalho Dumith
Vania Pierozan

(organizadoras)

_comunica PARMIS

Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação
de Impactos Socioambientais

Boletim 2



Rio Grande
2023

© Tatiana Walter, Bianca Caetano, Raquel de Carvalho Dumith, Vania Pierozan
2023

Designer da capa, ilustrações, formatação e diagramação: Vania Pierozan

Revisão: Patrícia Tometich, Cristiane Netto Costa

Ficha catalográfica

C741 _ comunica PARMIS: Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais: Boletim 2 [Recurso Eletrônico] / Organizadoras Tatiana Walter, Bianca Caetano, Raquel de Carvalho Dumith, Vania Pierozan. – Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2023.
28 p. : il. color.

Forma variante título: Comunica PARMIS: plano de avaliação e revisão da mitigação de impactos socioambientais: Boletim 2
Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>
ISBN 978-65-5754-175-3 (eletrônico)

1. Impactos socioambientais 2. Indústria do petróleo e gás
3. Licenciamento ambiental 4. Educação Ambiental I. Walter, Tatiana II. Caetano, Bianca III. Dumith, Raquel de Carvalho IV. Pierozan, Vania V. Título.

CDU 662.6

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

Os textos publicados neste boletim - no que se refere ao conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo - são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

_editorial

Esta edição foi elaborada com a intenção de apresentar alguns resultados do PARMIS. Neste momento, o propósito é demonstrar a capacidade que os Programas Regionais de Educação Ambiental, por meio de seus Projetos de Educação Ambiental (PEA), possuem de intervir e transformar positivamente a realidade dos grupos sociais que estão sendo afetados negativamente pelas atividades da cadeia produtiva de petróleo e gás natural. Para tal, iniciaremos caracterizando a indústria de petróleo e gás e como essas características geram impactos socioambientais. Em seguida, explicaremos sobre como estão estruturadas as medidas para minimizar esses impactos e o que são os PEA, para podermos apresentar seus principais resultados.



_principais características da indústria de petróleo e gás:

Para melhor explicar os resultados iniciais da pesquisa, inicialmente vamos caracterizar a indústria de petróleo e gás, os impactos socio-ambientais por ela gerados e esclarecer como o poder público atua sobre esses potenciais impactos.

No Brasil, a maior parte da produção de petróleo e gás ocorre em alto mar, defronte aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, vamos nos ater às características da produção marítima de petróleo. Lembrem-se que o petróleo é um recurso natural, não renovável, considerado uma das principais fontes de energia do planeta. De maneira similar a outras atividades de mineração, a indústria petrolífera atrai muitas pessoas de outras localidades em busca de trabalho e, por isto, mesmo quando ocorre no mar, ela impacta os municípios costeiros que servem como apoio à indústria. Neste sentido, a avaliação dos impactos ambientais precisa considerar as especificidades da zona costeira e as características dos grupos sociais que ali residem.



Para extrair e escoar o petróleo, são construídos também portos, dutos, escritórios, dentre outras infraestruturas que afetam diversos ambientes importantes da zona costeira, como manguezais, restingas, estuários e baías. Os municípios situados na área onde a indústria se instala recebem rendas petrolíferas, o que aumenta sua dependência em relação à indústria. Por último, nas áreas onde são instaladas plataformas e essas outras estruturas há uma exclusão de outras atividades econômicas, em especial, a pesca artesanal e outras atividades realizadas por povos e comunidades tradicionais. Como o ambiente costeiro e o mar constituem os territórios tradicionais destes povos e comunidades, seu uso por outra atividade econômica pode resultar em expulsão destes grupos. Uma última característica da indústria deve-se ao fato do petróleo ser altamente poluente, além de ser uma substância perigosa. Assim, há um processo contínuo de poluição por metais pesados e risco de derramamento de óleo, tanto na extração como no escoamento do produto.



Veja as principais características dessa indústria que são geradoras de impactos socioambientais:

- Alteração na dinâmica das instituições públicas;
- Apropriação de territórios pesqueiros (parcial ou total);
- Aumento do fluxo de embarcações;
- Construção e/ou ampliação de infraestruturas de apoio (portos, prédios, refinarias e outros);
- Geração de resíduos e efluentes industriais;
- Geração de ruídos;
- Geração de vibrações em ambiente aquático;
- Interferência na paisagem;
- Intervenção dos empreendimentos na dinâmica socioambiental dos territórios;
- Migrações/deslocamento populacional de trabalhadores que direta ou indiretamente atuam na indústria ou são atraídos pela oferta de trabalho e renda;
- Risco de derramamento de óleo/vazamento de dutos ou tanques de armazenamento.



_ agora vamos conhecer alguns dos impactos socioambientais gerados a partir dessas características:

- Perda da identidade cultural e dos saberes de comunidades e povos tradicionais;
- Alteração dos processos produtivos de comunidades tradicionais - principalmente das pescadoras e pescadores artesanais, inclusive com a perda do seu espaço de moradia e trabalho;
- Aumento de acidentes marítimos e da perda de equipamentos utilizados pelas pescadoras e pescadores artesanais;
- Problemas na organização dos espaços urbanos e do acesso às políticas públicas por consequência do aumento da população;
- Aumento do custo de vida e da especulação imobiliária, devido ao fluxo de trabalhadores (as) de fora do local;
- Aumento da prostituição, das sujeitas e sujeitos em situação de rua, das infecções sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce e da drogadição;
- Poluição das águas, do solo, dos espaços físicos e culturais, diminuição do estoque pesqueiro, problemas de saneamento, aumento de resíduos; poluição sonora.





_e como o poder público atua sobre esses impactos ambientais ?

O Estado brasileiro atua a partir de uma série de regramentos com o intuito de regular e ordenar a implantação da atividade petrolífera e outras atividades econômicas para assegurar o meio ambiente equilibrado como um direito da coletividade. A ação do Estado, por meio da legislação, é o que chamamos de **gestão ambiental pública**.

Por meio da gestão ambiental são executadas as políticas públicas voltadas para as questões socioambientais. As leis e diretrizes definidas no âmbito da gestão ambiental pública podem e devem ser implantadas por organismos estatais e não estatais. O poder público, que são os organismos estatais, possui o papel de mediar as relações socioambientais, utilizando instrumentos de comando e controle, como por exemplo, o **licenciamento ambiental** e princípios que se voltam à conscientização e ação cidadã, como a educação ambiental.

O professor Quintas tem mais informações sobre esse assunto:



posicione a
câmera do seu
smartfone para
ouvir

_licenciamento ambiental

É um ato administrativo e uma política pública, em que o órgão ambiental decide se um empreendimento pode ou não se instalar em um determinado território, de acordo com a legislação, estabelecendo condições, restrições e medidas de controle ambiental.

_vamos conhecer o papel da Educação Ambiental na gestão ambiental pública?

A Educação Ambiental na gestão ambiental pública tem como objetivo central mobilizar os grupos sociais para que, de forma organizada e qualificada, possam garantir sua participação social nos processos de decisão da gestão ambiental e em outras políticas públicas. Desta forma, a partir do ensino aprendizagem se busca o desenvolvimento das capacidades e a construção de valores destes grupos sociais, contribuindo para sua autonomia, de modo que possam, dentre outras funções, identificar os impactos socioambientais da indústria de petróleo e gás, perceber que são impactados por ela e atuar nas decisões de como diminuir estes impactos.



posicione a câmera do seu smartfone para saber mais...



Por isso, a Educação Ambiental se mostra essencial ao propiciar trocas de conhecimento, de modo que os grupos sociais se mobilizem para fazer reivindicações estando esclarecidos sobre seus reais direitos. A tomada de consciência dos problemas que passaram a existir quando da chegada da indústria de petróleo e gás ou que já existiam e foram agravados é o primeiro passo para que os grupos sociais atingidos pelos impactos socioambientais possam lutar por seus direitos e participar diretamente nas decisões sobre o ambiente no âmbito da gestão ambiental pública.



_e o que são os Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEA) no licenciamento de petróleo e gás?

Ambos são previstos na legislação ambiental brasileira e, portanto, são obrigatórios no caso de atividades que podem gerar poluição e que precisam de licenças ambientais para operar, como é o caso da indústria petrolífera. Os PEA configuram um processo de ensino-aprendizagem destinado à constituição de habilidades nos grupos sociais para atuarem estrategicamente sobre os impactos socioambientais que incidem em seus territórios, por meio da participação na gestão ambiental pública. Eles são desenvolvidos com grupos sociais que residem nos municípios impactados pela presença da indústria de petróleo e gás.

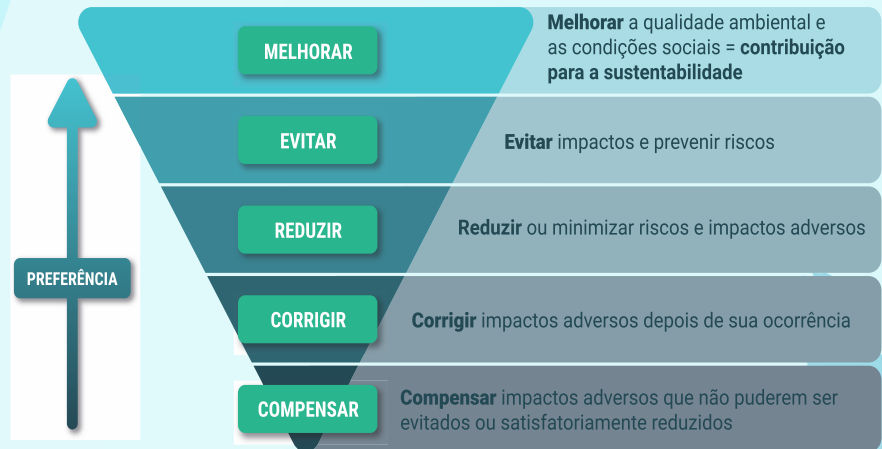




Quando o Estado emite as licenças aos empreendedores, é estabelecido um conjunto de condicionantes que podem caracterizar-se como **medidas mitigadoras**. Por meio dessas condicionantes, busca-se reduzir os impactos causados pelo empreendimento sobre o ambiente e, já que os PEA visam à diminuição dos impactos socioambientais provocados por empreendimentos, são considerados uma medida mitigadora.

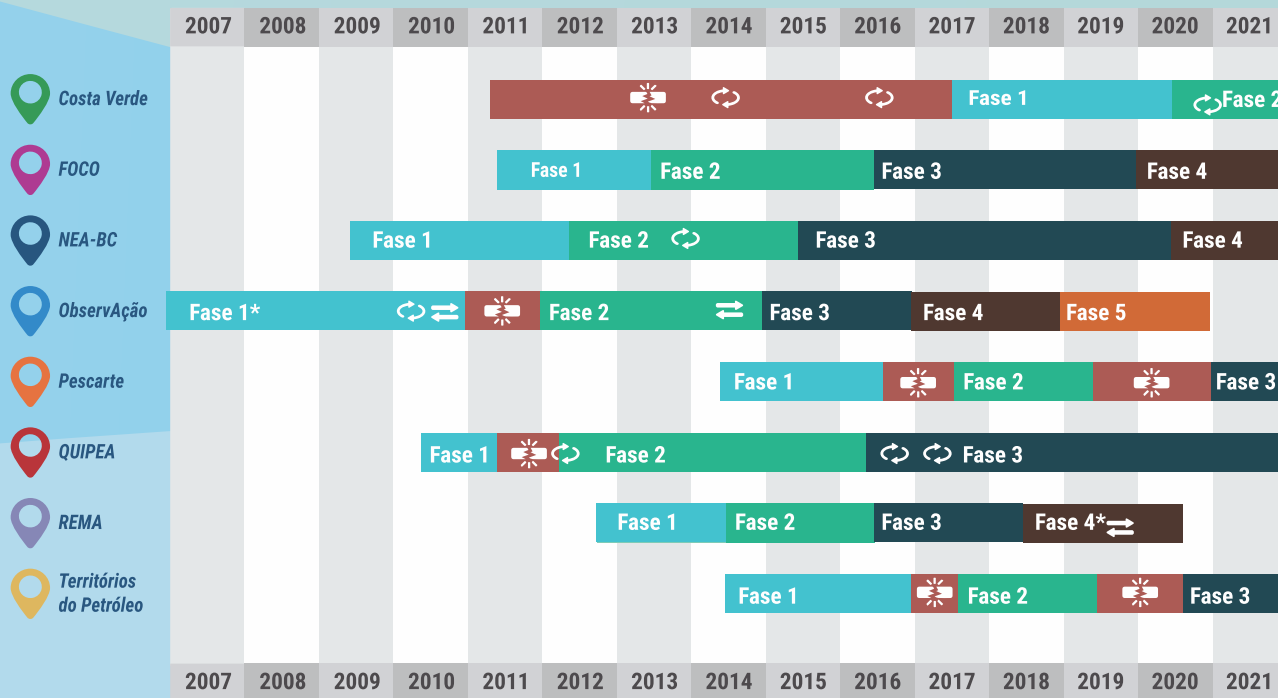
_medidas mitigadoras

Uma diversidade de ações, que podem ser pontuais ou contínuas, na forma de projetos ou de exigências específicas que se voltam a evitar, reduzir, compensar ou monitorar os impactos socioambientais, buscando um maior gerenciamento sobre eles ao longo das diversas fases de um empreendimento. Abaixo, segue uma figura que ilustra uma ordem de preferência quando o assunto é mitigar impactos.



_linha do tempo dos PEA

Vamos conhecer os PEA, as sujeitas e os sujeitos da ação educativa (SAE) e o espaço temporal que estão sendo analisados nesta pesquisa?



Elaboração Parmis

Legendas: Interrupção Troca de consultoria Troca de operadora

* - sem informações sobre o final da fase

_então, quais as ações que estão sendo desenvolvidas pelos PEA na mitigação dos impactos?

Os PEA realizam uma diversidade bem extensa de ações, pois precisam considerar que cada lugar, território ou região possui características diferentes, seja no sentido da composição da paisagem físico-natural (tal como mar, praia, centro urbano, mata, montanha), seja no sentido das características do grupo social, a exemplo do tipo de trabalho que exercem, se são mulheres ou homens, se são jovens ou idosos e assim por diante. Os dados analisados apontam que, para todos esses tipos de espaços e grupos, muitas ações já foram realizadas e outras estão em andamento. A seguir vamos conhecer algumas delas.



_quais as estratégias

Algumas estratégias para juntar os grupos e suas comunidades para que possam trocar ideias, experiências, informações e combater os impactos que lhes atingem são: reuniões, oficinas, abaixo-assinados, intercâmbios, encontros regionais e outros.

IMPACTO

Retirada de acesso às áreas de pesca ou ao território pesqueiro

Contribuição para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos e do seu Programa Regional de Comunicação Social por meio da participação em eventos e ações específicas destes programas em âmbito regional, municipal e comunitário e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos de demais projetos de mitigação/monitoramento;

AÇÕES

Encontro de mulheres como estratégia de consolidação do processo social;

Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado à geração de renda;

Troca de experiências com grupos organizados e entre mulheres, englobando a dimensão de gênero e questões socioambientais.

Marisqueiros(as);

SUJEITOS

Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal; e

Pescadores(as) artesanais.

“ É, na verdade, cada uma das pessoas que está ali, está crescendo politicamente, o que eu quero dizer? Ter oportunidade de ter uma visão melhorada de como ela pode influenciar. [...] Uma questão é a motivação e formação das pessoas, até a mentalidade de que vale a pena você se envolver. Melhorou as fontes de informação, passamos a saber mais sobre rendas petrolíferas e royalties: onde encontrar, como que eles maquiam, como que você resiste a essas dificuldades tecnológicas e sistêmáticas, o que você espera... ”

Mulher, 53 anos, branca.



Maior vulnerabilidade/expulsão devido a falta/irregularidade na demarcação de território tradicional ou por residirem em área de domínio da união (questão fundiária)

IMPACTO

Participação em espaços políticos tem permitido a percepção de agricultoras e agricultores familiares de que o processo de descaracterização do território rural é desacelerado quando é exercido o controle social;

Aproximação com o poder público;

AÇÕES

Consolidação de instituição representante dos agricultores familiares;

Fortalecimento da agricultura familiar;

Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social sobre as atividades de petróleo e gás, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados;

Retomada de negociações com INCRA e início do processo de regularização fundiária.

SUJEITOS

Agricultores familiares;

Caiçaras;

Jovens e lideranças comunitárias;

Jovens ligados à pesca artesanal;

Marisqueiros(as);

Moradores(as) de bairros periféricos;

Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal;

Pescadores(as) artesanais;

Quilombolas;

Representantes e lideranças comunitárias.

IMPACTO

Alteração no regime tradicional de uso e ocupação

Criação de autarquia para gerenciamento do saneamento básico;

AÇÕES

Realização de ações formativas nas comunidades, atividades de intercâmbio entre comunidades e ações de comunicação social sobre as atividades de petróleo e gás, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados;

Caiçaras;

Jovens e lideranças comunitárias;

Jovens ligados à pesca artesanal;

Marisqueiros(as);

SUJEITOS

Moradores(as) de bairros periféricos ;

Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal;

Pescadores(as) artesanais;

Quilombolas;

Representantes e lideranças comunitárias.

“ O PEA tem um papel primordial, uma vez que ele cumpre uma demanda de estudo ambiental, ele tem papel fundamental pra ajudar na construção dessas pessoas, das comunidades, de nós, né, porque quando eu falo essas pessoas eu me incluo, de nós da comunidade quilombola. É o papel de buscar adesão das políticas públicas, do entendimento, do entendimento do que seja aí a questão dos estudos solicitados pelo IBAMA. Tudo isso a gente não tinha essa noção. Então, ele traz isso, isso é a sua contribuição e sua contribuição é importante. ”

Homem, 47 anos, preto, quilombola.



IMPACTO

Expansão urbana

Contribuição para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos e do seu Programa Regional de Comunicação Social por meio da participação em eventos e ações específicas destes programas em âmbito regional, municipal e comunitário e pela apresentação e discussão de impactos e resultados advindos de demais projetos de mitigação/monitoramento;

AÇÕES

Criação de autarquia para gerenciamento do saneamento básico.

SUJEITOS

Marisqueiros(as);

Moradores(as) de bairros periféricos;

Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal;

Pescadores(as) artesanais.

IMPACTO**Deslocamento compulsório / Expulsão das famílias para periferia****AÇÕES**

Criação de autarquia para gerenciamento do saneamento básico;
Sinalização e circulação de ônibus após indicação de proposta no orçamento público.

SUJEITOS

Agricultores familiares;
Jovens e lideranças comunitárias;
Moradores(as) de bairros periféricos.

“Pra minha comunidade? Acesso à informação, com toda a certeza. A pessoa entender como a gente tá votando. O que a gente pode fazer e o que a gente não pode fazer. [Acho que isso...é...educação (...), {}]. Então, eles sempre dão essa informação. Acho que o principal foco deles é a educação, tanto a ambiental como a educação cidadã. Acho que foi a melhor coisa que eles ofereceram pra gente. Acesso à informação e a educação também.”

Mulher, 21 anos, preta, jovem.



IMPACTO

Diminuição da renda dos(as) pescadores(as)

Participação e envio de propostas para o orçamento participativo municipal;
Criação de Câmaras Técnicas;

AÇÕES

Intercâmbio de experiências com grupos organizados com ênfase no trabalho autogestionário e associado à geração de renda;
Participação em conselhos do meio ambiente;
Participação em conselho estadual de desenvolvimento rural sustentável;
Participação em comitês de bacias hidrográficas.

SUJEITOS

Marisqueiros(as);
Mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal;
Pescadores(as) artesanais.

Que ótimo que você nos acompanhou até aqui! No Boletim 3 apresentaremos informações sobre como os PEA têm contribuído para diminuir a vulnerabilidade socioambiental frente aos impactos junto aos grupos sociais com quem atua.

Continue com a gente! Siga nossos conteúdos nas redes sociais!

  @projetoparmis

Editora e Gráfica da FURG
Campus Carreiros
CEP 96203-900
editora@furg.br



linklist.bio/BoletimParmis

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Introdução à Gestão Ambiental Pública. Série Educação Ambiental. Brasília. 2005. p. 132

JESUS, J.; BINGHAM, C.; CANTER, L.; PARTIDÁRIO, M.; CASHMORE, M.; CROAL, P.; FUGGLE, R.; KESHKAMAT, S. Mitigation in Impact Assessment. International Association for Impact Assessment, FasTips, n.6, nov. 2013.

WALTER, TATIANA e ANELLO, LUCIA DE FÁTIMA. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENQUANTO MEDIDA MITIGADORA E COMPENSATÓRIA: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. In: AMBIENTE & EDUCAÇÃO, vol 17(1), 2012, p. 73-98.

WALTER. T. et al. A história dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás. São Lourenço do Sul, RS: Ed. dos Autores, 2021



Realização:



A realização do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA*.

ISSN 978-65-5754-175-3

